

**A MEMÓRIA TOPONÍMICA DOS VIAJANTES NATURALISTAS DOS
SÉCULOS XVIII e XIX E A ESTRADA REAL**
THE TOPONYMIC MEMORY OF THE TRAVELLING NATURALISTS OF THE XVIII AND XIX
CENTURIES AND THE “ROYAL ROAD”

Francisco de Assis Carvalho¹

RESUMO: Em virtude de ocupar um determinado espaço físico e precisar se dispor geograficamente no meio ambiente, o homem tem a necessidade de nomear o ambiente físico-social que o cerca, sendo esta uma condição *sine qua non* para a garantia de sua própria sobrevivência. Por meio da Toponímia, ramo da Onomástica que tem por objeto de estudo o exame da origem e do significado dos nomes dos lugares, pode-se analisar a estreita relação que se estabelece entre o homem e os *topos* que designam o espaço que o circunscreve. Os estudos toponímicos revelam-se de grande importância para o conhecimento de aspectos histórico-culturais de um povo pois permitem a identificação de fatos linguísticos, de ideologias e crenças, presentes no ato denominativo e, posteriormente, na sua permanência ou não em uma comunidade. Este trabalho centra-se no estudo dos topônimos da Estrada Real tendo por base os relatos dos *Viajantes naturalistas* dos séculos XVIII e XIX que passaram por estes caminhos.

PALAVRAS-CHAVE: Nome. Memória Toponímica. Estrada Real. Viajantes Naturalistas.

Desde os primórdios dos tempos é que o ser humano nomeia os lugares, muitas vezes, inspirado pela paisagem que via no espaço circundante. O topônimo é sempre um depósito da memória. Ele testemunha o passado no presente. Permite-nos, através da linguagem, fazer memória de sucessivas vivências humanas, sobretudo nos lugares onde povos de culturas e línguas diferentes se sobrepuseram, como é o caso das regiões que compõem o trajeto da Estrada Real. Neste caso, os nomes de rios e linhas de água, de montanhas e acidentes geográficos, cidades e vilas e tudo o que se constitui *paisagem*, dada a sua maior permanência e quase imutabilidade, acabam por ser, através de suas nomenclaturas, testemunhas da memória de um povo e registros de vivências históricas. Podemos, assim, compreender que a memória toponímica faz perpetuar no tempo e no espaço o que uma comunidade viveu e as experiências que realizou. Dick (1990, p. 60) destaca que “nome e nomeador pertencem a um só conjunto, são elementos da mesma origem, unidos pelo ato da nomeação”. A referida autora parte do pressuposto de que o ser humano, no ato da nomeação de um lugar, busca motivação em aspetos naturais (a paisagem geográfica) ou ainda nos sentimentos, ideologias de uma comunidade ou em estados psicológicos dos grupos que ocupam uma localidade.

¹ Doutorando em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista Fapesp e Capes. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. E-mail: francarvalho@usp.br *Revista Literatura em Debate*, v. 4, n. 5, p. 31-46, jul.-dez., 2009. Recebido em 25 out.; aceito em 09 nov. 2009.

É possível, por meio de um levantamento classificatório e também pela análise dos topônimos, recuperar características sócio-histórico-culturais ou físico-geográficas que, provavelmente, serviram de motivação ao denominador para um determinado espaço geográfico. Essa nomeação permite perceber a diversidade de estratos linguísticos de etnias diferentes. A realidade linguística brasileira está perpassada pelas marcas colonizadoras dos diversos tipos de contatos culturais que ocorreram ao longo da história da ocupação territorial. É assim que podemos perceber dentro da memória toponímica da Estrada Real ocorrências das culturas portuguesa, indígena, africana e estrangeira.

Neste trabalho, procuramos mostrar a variedade dos estratos linguísticos presentes no processo designativo dos nomes de municípios e distritos da Estrada Real, traçando uma relação com os relatos de viagem dos séculos XVIII e XIX. Trata-se de um recorte da tese de doutoramento intitulada *Toponímia da Estrada Real: descrição, história e mudanças linguísticas* a ser apresentada ao programa de pós-graduação em Linguística e Semiótica da Universidade de São Paulo.

1. A Toponímia

O estudo do significado e da origem dos nomes dos lugares, também chamados de *topônimos*, constitui-se um amplo campo de pesquisa que envolve diversos saberes humanos. Os dicionários costumam definir o termo *topônimo* como “nome de lugar” (neste sentido, HOUAISS, 2003, p. 3541). Trata-se de uma definição excessivamente aberta, que alguns autores têm procurado melhor delimitar. Neste sentido, consideramos significativa a definição que considera o topônimo como “um nome próprio que serve para distinguir um lugar preciso e único dentro de um contexto concreto” (MOREAU-REY, 1995, p. 45). O autor citado, em uma das suas obras fundamentais sobre os aspectos teóricos da Toponímia, propõe uma aproximação conceitual que parece bem marcada, quando enfatiza de maneira particular a questão espacial:

Entende-se por nomes de lugar, ou nomes geográficos, no sentido mais amplo, todos os nomes simples ou expressões compostas que designam os lugares habitados, tanto antigamente como na atualidade (nomes de países, de comarcas, de territórios de qualquer tipo, de aglomerações urbanas ou rurais – cidades, vilas, povoados, aldeias, bairros, ruas, avenidas, praças); como também os lugares desabitados; os nomes relativos ao relevo, tanto de terras interiores como costeiras: montanhas, planícies, ilhas, cabos, bahias; os nomes relativos à água, terrestre ou marítima: mares, lagos, rios, torrentes, fontes, pântanos; os nomes das vias de comunicação. Em geral, tanto se trata de nombres do presente ou do passado – ou aqueles em desuso - cabe considerá-los para todos os efeitos como nomes de lugar (MOREAU-REY, 1982, p. 10).

De fato, a natureza peculiar destes nomes e sua transcendência social se encontram na base da curiosidade que despertam quando falamos de uma *memória coletiva*. Estudar o processo da nomeação das coisas existentes é viajar no tempo e no espaço para perceber que, no processo de nomeação, inserem-se a sabedoria e o conhecimento das gerações que ficaram *cristalizados*, preservando do esquecimento o instante mágico em que as coisas passaram a ser conhecidas por tal nome e, assim, obtiveram a sua existência.

Dentro da nomeação ocorre um “nascimento”, uma identificação, uma singularização. É pela Palavra que esse fato se consolida. O que *não-era* passa então a *ser*. Estando em todo o lado e sendo contactada e assimilada, ou utilizada, a todo o momento, ao longo do tempo, a Toponímia no seu conjunto constitui uma parte da linguagem que orienta a nossa vida dentro de um espaço e de uma paisagem, gerando desse modo um horizonte cultural e mental que determina a formação de um universo imaginário em cada um de nós. O que interessa neste espelho ou vivência da memória coletiva que a Toponímia nos fornece é tentar *ler* o que cada topônimo traz *inscrito* em si. Assim, no mundo das palavras, ocupa um lugar especial o *nome* que, inicialmente emanado do mundo comum para ser aplicado a um lugar concreto, sofre as modificações realizadas pelo homem que o transforma e o reconstrói para o uso das gerações seguintes. Por isso, os nomes de lugares, também conhecidos como topônimos (do grego *topos*, “lugar”, e *onoma*, “nome”), constituem um grandioso campo de pesquisa. O espanhol Menéndez Pidal refere-se ao estudo dos topônimos dizendo que:

Os nomes de lugar são como “viva voz” das pessoas, povos ou grupos desaparecidos, transmitidos de geração em geração, de boca em boca, que por uma tradição ininterrupta chegou até aos ouvidos a pronúncia dos que hoje continuam habitando o mesmo lugar, ligados à mesma terra e ao mesmo local de seus remotos antepassados. É a necessidade diária de nomear esta terra e este lugar que une através dos milênios a pronúncia dos habitantes de hoje com a pronúncia dos habitantes de outrora, os antepassados. O nome de lugar é propriedade de ninguém e, ao mesmo tempo, de todo o mundo. Ele possui de alguma maneira a memória coletiva de um povo. Ele é um meio de comunicação que testemunha o contexto de sua origem e revela as transformações de um povo (MENÉNDEZ PIDAL, 1952, p. 4).

A Toponímia é uma área de investigação que se fundamenta na idéia de que a nomeação de um lugar não se dá de maneira aleatória ou despropositada, mas que essa nomeação, ao ser investigada, pode revelar importantes informações referentes à língua em uso na região pesquisada e aos costumes e valores preponderantes na conduta dos falantes. Ela também pode revelar os acontecimentos históricos e as influências sofridas através dos contatos com outros grupos étnicos que ali se instalaram. Na expressão da Professora Maria

Vicentina do Amaral Dick, os nomes são “como recortes de uma realidade” vivenciada, conscientemente ou não, pelo denominador isolado ou pelo próprio grupo, numa absorção coletiva dos valores especiais que representam a mentalidade do tempo histórico ou *ethos* grupal. Ela afirma que a Toponímia é cor-responsável pela preservação dos fatos culturais em uma determinada área geográfica. Atua como “forma conservadora da *memória* do núcleo, que se faz presente nos estágios denominativos, de diversas origens e causas” (DICK, 1992, p. 112).

Os estudiosos caracterizam, de maneira geral, a Toponímia como campo de conhecimento interdisciplinar, ligando-a com áreas científicas que têm uma relação mais próxima com o estudo dos nomes de lugar. Outra ênfase se dá quando se acentua a perspectiva de análise adotada. Para Poirier (1965) a Toponímia é uma área de estudo que se liga à história, à geografia e à linguística. Tort (2001) enfatiza que os três pilares auxiliares do estudo toponímico são a história, a geografia e a linguística (desdobrada em dialetologia e fonética). Incidindo de modo especial nas vertentes psicológica e sociológica da toponímia, Dauzat assim se expressa:

Esta ciencia constituye un capítulo precioso de psicología social. Nos enseña cómo se han designado, según las épocas y los medios las villas y los pueblos, las propiedades y los campos, los ríos y las montañas. En suma, nos permite comprender mejor el alma popular, sus tendencias místicas o realistas, sus medios de expresión en definitiva (DAUZAT, 1971, p. 9).

Ao relacionar o processo de nomeação com as marcas ideológicas envolvidas dentro da memória coletiva de um grupo social, Dick salienta que o estudo toponímico da nomeação de um lugar precisa levar em conta as coordenadas tempo-situacionais, nos quais gravitam “actantes básicos”: o *nomeador*, o sujeito que enuncia o nome em primeiro lugar; o *objeto nomeado*, que se liga ao espaço e as suas divisões conceituais, incorporando a função referencial nomeada; e o *receptor*, ou enunciatário, que recebe os efeitos da nomeação.

A peculiaridade do processo denominativo é exatamente a constituição dessa cadeia gerativa de enunciação, que revela contornos particulares; um denominador isolado, construtor de uma mensagem (doador de um único nome ou de vários nomes, em situação de abrangência areal), interferindo em uma coletividade de receptora, que passa a ser usuária do(s) designativo(s), sem que interagisse na dinâmica do processo. A adequação da escolha, que passa pelo crivo da objetividade ou da subjetividade do nomeador, ainda que inconscientemente, será sentida ou pela reação do grupo ou pela análise posterior do linguista, em uma fase posterior, distinta do momento inicial de marcação do lugar ou do batismo da pessoa na compreensão do presente, em sua função pragmática (DICK, 1995, p. 103).

Escrever sobre aspetos da cultura de uma região não é uma empreitada fácil de ser realizada, mesmo porque há muitas informações que se interpenetram e que mereceriam interpretação. De tal maneira que esta empreitada envolve conhecimentos linguísticos, históricos, geográficos e sociais, como é o caso da pesquisa toponímica. Identificando lugares, os topônimos detêm a função conservadora das tradições e dos costumes de uma comunidade. Eles proporcionam olhares diacrônicos e também sincrônicos, na medida que se tornam pontes entre o passado e o presente. Desta maneira, a Toponímia, investigando os nomes dos lugares, dialoga com as outras áreas do conhecimento como a História, a Geografia, a Antropologia, a Etnolinguística e demais ciências.

2. O ouro e a Estrada Real

Desde que o Brasil foi “descoberto” a Coroa Portuguesa mandou indagar sobre a existência de metais preciosos para conquistar o tão ambicionado *Eldorado*. Desde logo, na Carta de Pero Vaz de Caminha ficou bem patente essa preocupação: “*um deles pôs olho no colar do capitão e começou a acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que a dizer-nos que ali havia ouro*” (SERRÃO, 1999, p. 65). Seria necessário muito tempo até aparecerem os primeiros sinais de ouro no Brasil e praticamente dois séculos para a tão esperada descoberta do “Eldorado” brasileiro na região que viria a ser conhecida como as “minas gerais”.

Após o período da ocupação do litoral, nas últimas décadas do seiscentismo, começaram as expedições dos Bandeirantes para o interior brasileiro, nos chamados *sertões*. O primeiro ouro que se achou em proporções maiores foi o chamado de tabuleiro, localizado na beira dos ribeirões, “Chamam os paulistas ribeiro de bom rendimento – registrava Antonil no começo do século XVIII – o que dá em cada bateada duas oitavas de ouro. Porém assim como há bateadas de meia oitava e de meia pataca, assim há também bateadas de três e quatro, cinco, oito, dez, quinze, vinte e trinta oitavas, e mais” (ANTONIL, 1992, p. 87).

A extensão da zonas de mineração deu-se a partir de Sabará, do Serro, do Tijuco e de Itacambira e foi se alastrando pelas Minas Gerais. Disseminados pelas montanhas e vales, os lavradores e mineradores erguiam casas junto às capelas e aos sábados vinham pernoitar com suas famílias para participarem da missa aos domingos e fazerem compras. A extensão do povoamento e o desenvolvimento das povoações tornaram necessária a repartição do território mineiro já em 1714, em quatro comarcas, que foram a de Vila Rica (com as povoações de

Vila Rica e Mariana), a do rio das Mortes (com São João del-Rei, São José del-Rei, Queluz, São Carlos de Jacuí, Santa Maria de Baependi, Campanha, Barbacena e Tamanduá), a do Serro Frio (com Vila do Príncipe e Fanado) e a de Sabará (com Sabará, Caeté, Pitangui e Paracatu).

O auge da busca pelo ouro nas Minas Gerais deu-se na época colonial até meados do século XVIII. Explorado de início o ouro de tabuleiro, na beira dos ribeirões, passou em seguida a ser extraído o ouro das margens mais elevadas, já nas encostas: o das grupiarias ou guapiarias. A busca pelo ouro e pelas pedras preciosas vai fazer surgir “os muitos caminhos” que levavam às minas, ampliando as *Entradas* deixadas pelos bandeirantes e os *Peabirus* demarcados pelos indígenas ou desbravando novas sendas. Aos poucos se consolida uma *Estrada Real*.

A rota da Estrada Real movimentou a economia do país por um período de mais de 150 anos. Com 1400 km de extensão, ela envolve mais de 200 municípios, distritos e logradouros, localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Por esses caminhos, o ouro e as pedras preciosas eram levados à corte do Rio de Janeiro. Segundo os historiadores, inúmeros caminhos foram construídos a partir do Rio de Janeiro para Minas, passando por São Paulo. Costa descreve em sua obra *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real* (2005) a localização detalhada desses caminhos.

Assim, o chamado *Caminho Velho* compreende o maior dos itinerários da Estrada Real. A definição do *Caminho Geral do Sertão*, como ficou conhecido o antigo caminho dos paulistas, deu-se pelo empenho do bandeirante Fernão Dias Paes em sua última expedição (1674-1681). Por esse caminho foi estabelecida a comunicação entre São Paulo de Piratininga às vilas do Vale do Paraíba – Mogi, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, atravessando a serra da Mantiqueira e cruzando o rio Grande no seu trecho oriental em direção ao rio das Velhas. Quando as bacias de ouro deste rio foram descobertas, juntamente com as do rio Doce e do rio das Mortes, esse caminho tornou-se de amplo uso pelos aventureiros. Este caminho foi intensamente percorrido por mineradores, mercadores que abasteciam as vilas mineiras e, principalmente, como fluxo de escoamento da produção aurífera e Diamantina. Segundo Costa (2005, p. 88), pelo *Caminho Velho*, a duração da travessia de São Paulo a Ouro Preto ou a região do rio das Velhas era cerca de 74 dias de viagem. Saindo do Rio de Janeiro, passando por Paraty, a travessia durava cerca de 73 dias, isso compreendendo “35 dias de jornada e 38 de paradas.” Mesmo com todas as dificuldades

esse trajeto só deixou de ser amplamente utilizado quando adveio o *Caminho Novo*, que permitiu acesso rápido e ligeiro às minas.

O *Caminho Novo* é tido como a primeira estrada oficial brasileira. A construção desse trajeto recebeu um forte apoio do Governador Artur de Sá e Meneses que, impressionado com as dificuldades encontradas na primeira viagem às minas de ouro, rapidamente encomendou outra estrada ao filho do caçador de esmeraldas Garcia Rodrigues Paes, que concluiu esta estrada em 1707. Partindo do Rio de Janeiro em direção às minas, esse novo itinerário era percorrido em 10 a 12 dias, com suas 80 léguas ou 494 Km. Foi uma grande conquista de ordem econômica e estratégica.

O *Caminho dos Diamantes*, também chamado *Caminho do Sabarabuçu*, é um caminho destacado de maneira regional, dentro do âmbito da capitania das Minas Gerais. A descoberta dos veios auríferos nas regiões do Serro Frio e do Tijuco causou o surgimento deste caminho. O acesso a ele passou a ser muito concorrido. Por meio desta rota, chegava, a partir de Vila Rica, as pedras preciosas tão cobiçadas do Distrito Diamantino.

3. Entre a palavra e o chão

O olhar e o discurso elaborado pelos Viajantes Naturalistas dos Séculos XVIII e XIX foram alguns dos elementos fundamentais na construção da identidade nacional e no surgimento das representações que alicerçaram a visão que temos hoje das características socio-culturais e geográficas brasileiras destas regiões que compõem a *Estrada Real*. Por meio dos seus relatos podemos reconstruir uma história regional. Ainda que este “olhar” estivesse moldado pela cultura européia, esses viajantes deixaram fontes documentais preciosas para o entendimento toponímico dos lugares que passaram. Na expressão da Pesquisadora Marilene Marinho Nogueira:

São muitos os caminhos e são muitos os olhos que passam pelos caminhos..., alguns cabisbaixos vão apenas medindo o tanto que já foi andado e o que ainda têm por andar... Perscrutam os chãos, os verdes, os ares, os perfumes, as cores, os sons. Estão abertos, integralmente abertos para a terra brasileira. São olhos que aqui, nesta terra abençoada encontraram continuamente com o que se extasiar, o que admirar a cada pessoa, a cada momento (NOGUEIRA, 2005, p. 153).

Esses viajantes eram cientistas que desejavam conhecer os nomes dos lugares e decifrá-los etimologicamente. Buscavam, dentro do método de Lineu, classificar a fauna, a flora, os elementos geomorfológicos e a cultura sócio-antropológica dos grupos que

habitavam estas terras. Investigavam tudo com olhar minucioso. Os documentos oficiais que encontravam nas igrejas e nos cartórios; a tradição oral e os costumes. Os resultados das suas viagens deixaram à posteridade com as suas memórias e os estudos empreendidos. Pela limitação de espaço, e para um melhor entendimento histórico e biográfico destes *Viajantes Naturalistas*, traçamos no Quadro 1 as seguintes caracterizações:

Quadro 1 – Viajantes Estrangeiros na Estrada Real

Viajantes	Identificação	Obras	Descrição/Relatos
John Mawe (1809)	Viajante e comerciante inglês que a mandato do Conde de Linhares foi verificar a existência de prata na região de Cantagalo - RJ.	<i>Viagens ao Interior do Brasil</i>	Relata o percurso da sua viagem do Rio de Janeiro ao Arraial do Tejuco, comentando as condições de pouso e detalhando o que vê nos lugares por onde passa.
Saint-Hilaire (1816 a 1822)	Naturalista francês que consagrou seis anos inteiros a percorrer uma vasta porção do Império do Brasil. Botânico, coletou nas sua viagens cerca de 30.000 exemplares de plantas representando mais de 7.000 espécies, muitas desconhecidas pelos cientistas da época. É o viajante que mais deixou registros sobre o percurso da Estrada Real.	1. <i>Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás</i> 2. <i>Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil</i> 3. <i>Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais</i> 4. <i>Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo</i>	Em seus relatórios das viagens empreendidas para a região da Estrada Real, Saint-Hilaire mostra-se como um minucioso cientistas em descrições apaixonantes do que viu. Viajou por caminhos variados e diferentes. Passou por toda a zona aurífera, entrando nas encostas da Serra do mar e na bacia do Paraíba. Viajou ao norte e ao sul de Minas. Conta os detalhes da extração do ouro e como trabalhavam os negros nos garimpos da zona diamantina.
Von Martius e Von Spix (1817 a 1820)	O zoólogo J.B. Von Spix e o botânico: C. F. P. von Martius chegaram ao Brasil por ocasião do casamento de D. Leopoldina com D. Pedro I. Naturalistas alemães, ambos permaneceram no Brasil 3 anos.	<i>Viagem pelo Brasil</i>	Descrevem as matas das regiões de Minas Gerais, suas montanhas e campos a partir da serra de Ouro Branco e as montanhas auríferas da Cata-Branca, os arvoredos de Minas Novas e o <i>Caminho Velho</i> com o seu entorno.
George Gardner (1836 a 1841)	Médico e Botânico britânico. Em suas viagens pelo Brasil colecionou cerca de 60.000 espécies de plantas que levou para os museus da Inglaterra.	<i>Viagem ao Interior do Brasil</i>	Em 1936 iniciou uma viagem para o norte do Brasil a partir do Rio de Janeiro e passou por Minas Gerais quando retornava. Descreve as minas de ouro e as velhas povoações já decadentes pelo declínio da produção aurífera.
Francis Burton (1868)	Viajante, poliglota e estudioso dos costumes, Burtor é um escritor britânico que foi consul no Brasil de 1865 a 1868.	<i>Viagens aos Planaltos do Brasil</i>	Esteve em Santos, São Paulo e Minas Gerais. Em sua obra deixou preciosas observações acerca da escravidão e dos costumes no Brasil.
Castelnau (1843)	Naturalista francês que esteve no Brasil no período de 1837 a 1841 com outros pesquisadores. Consul francês na Bahia em 1848.	<i>Expedição às regiões centrais da América do Sul</i>	Partiu do Rio de Janeiro (1843) em uma falua pelo rio Inhomirim. Relata as condições sobre o caminho até Vila Rica.

(Elaboração do autor)

4. Memória Toponímica

A realidade linguística brasileira está perpassada pelas marcas colonizadoras dos diversos tipos de contatos culturais que ocorreram ao longo da história da ocupação territorial. É assim que podemos perceber dentro da memória toponímica da Estrada Real ocorrências das culturas portuguesa, indígena, africana e estrangeira. Os relatos dos Viajantes Naturalistas contêm uma grande quantidade de registros referentes às características culturais, religiosas, políticas, geográficas e econômicas destas regiões dos caminhos da Estrada Real. Em nossa investigação sobre a *Memória Toponímica* da Estrada Real, detetamos que o processo de nomeação das cidades e logradouros que fazem parte desta rota sofreu muitas e variadas influências. Diversas influências proporcionaram o surgimento de uma *Toponímia* muito rica e variada. Desde a influência do índio, o primeiro habitante, como também do colonizador português. Do bandeirante desbravador e do negro escravizado. Do garimpeiro e do padre. Do político e dos coronéis.

Numa descrição bastante genérica, podemos perceber que houve nitidamente a influência da religião católica, a religião do colonizador, na nomenclatura da maioria dos lugares. São inúmeros nomes de caráter eclesiástico, também chamados de hierotopônimos e hagiotopônimos. O fervor missionário fez construir igrejas e missões com nomes tirados do almanaque católico. Tais nomes enchem até à monotonia a velha descrição do Brasil de Aires de Casal (1976), quer simples nomes como Santo Hipólito, Mariana, Santa Luzia, São Lourenço, São Tiago, Nazareno, Virgínia, Santa Bárbara, quer como complementos de designação duma localidade, por exemplo, São Vicente de Minas, Dolores de Guanhanes, São Sebastião do Rio Verde, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto, São Gonçalo do Rio Abaixo, Santana do Garambeu, Santana do Deserto, Santana dos Montes, Santa Maria de Itabira, São Brás do Suaçuí, Senhora de Oliveira, São João del-Rei, Conceição da Barra de Minas, Santa Rita do Ibitipoca etc.

Muitas vezes é o complemento formado pelo nome de um rio, um monte, um acidente geográfico que se junta ao hagiotopônimo, como podemos perceber: Santo Antônio do Rio Abaixo, Piedade do Rio Grande, Santana do Riacho, Conceição do Mato Dentro, ou mesmo Santuário do Caraça, Dom Joaquim, Dom Viçoso, Capela do Saco, Capela Nova. A secularização progressiva aboliu, em grande escala, nomes religiosos, de um tipo mais solene. Muitas vezes pela supressão da parte religiosa do nome composto, deixando apenas a parte profana. Assim aconteceu, entre outros com Carrancas (Nossa Senhora da Conceição de Carrancas), Mercês (Nossa Senhora das Mercês), Gouveia (Santo Antônio do Gouveia),

Carandaí (Santana do Carandaí). Se esses nomes dão uma ideia, digamos, do lado social da mentalidade colonizadora, existem, por outro lado, nomes que revelam *uma atitude mais individual*. É predominante uma atitude positiva para com as coisas, que os nomes indicam, bem como sentimentos de confiança e satisfação, denunciando os variados motivos de satisfação dos nomeadores. Assim como em: Nova União, Três Corações, Belo Vale, Bela Vista de Minas, Alvorada de Minas. A verdadeira razão nem sempre é evidente para o observador.

A *memória toponímica* da Estrada Real pode ser reconstruída pela composição dos diversos caminhos que possibilitaram a formação dos aglomerados humanos. A maior parte das povoações foram provavelmente denominadas segundo uma realidade palpável do mundo humano e natural e da passagem dos Viajantes, nos séculos XVIII e XIX até o momento presente muitas mudanças toponímicas podem ser evidenciadas. Isso fica bem nítido nos nomes que guardam a memória de pessoas. Estes podem ser considerados históricos, já que guardam a memória de fatos ou de pessoas ligados à história nacional: Inconfidência, Tiradentes, Petrópolis, Pedro do Rio, Comendador Levy Gasparian, Simão Pereira, Belmiro Braga, Matias Barbosa, Coronel Pacheco, Ewbank da Câmara, Pedro Teixeira, Resende Costa, Lima Duarte, Bias Fortes, Alfredo Vasconcelos, Bento Rodrigues, Santos Dumont, Cristiano Otoni, Conselheiro Lafaiete, Diogo de Vasconcelos, João Monlevade, Dom Joaquim, Felício dos Santos, Couto de Magalhães de Minas, Presidente Kubitschek, Presidente Bernardes, Coronel Xavier, Resende Costa, dentre outros.

Na Estrada Real, os nomes não omitem, naturalmente, o lado mais materialista e econômico, sobretudo no que se refere à corrida do ouro e à busca das pedras preciosas: Diamantina, Ouro Preto, Ouro Branco, Lavras Novas, Catas Altas, Tabuleiro etc. Os caminhos e as viagens constituíram uma parte importante e difícil no desbravamento do *Sertões Mineiros*. Detectamos isso devido ao fato de os caminhos naturais das costas e dos rios terem sido aproveitados para a motivação toponímica. Há muitos nomes que remontam ao tempo dos Bandeirantes: Ressaquinha, Ponte Nova, Passabém, Passa Quatro, Pouso Alto, Cruzília, Entre Rios de Minas, Paraíba do Sul, Passa-Tempo, etc.

Podemos ainda evidenciar nomes ligados diretamente à *Natureza* e, principalmente, topônimos que guardam a memória do importante papel de localização à beira da água: Rio de Janeiro, Rio Pomba, Alto Rio Doce, Rio Piracicaba, Senhora do Porto, Alagoa, Córregos, Rio Acima, Entre Rios de Minas, Desterro de entre Rios, Lagoa Dourada, Cachoeira Paulista etc. A *vegetação* também não passa despercebida pela memória toponímica da Estrada Real:

Marmelópolis, Jaboticatubas, Cachoeira do Campo, Serra do Cipó, Serra Azul de Minas, Itambé do Mato Dentro, Cocais, Cipotânea, Milho Verde etc. As *montanhas* e *montes* estão muito bem delineados pela memória toponímica quando encontramos: Monte Serrat, Santana dos Montes, Morro do Pilar etc.

A memória da *toponímia indígena*, marcadamente presente em todo o Brasil, pode ser encontrada de modo muito vivo na Estrada Real. A tarefa de resumir a contribuição indígena na toponímia nacional é um tanto difícil. A maior parte dos nomes possuem dois ou três radicais reunidos que foram muitas vezes modificados, de modo que a verdadeira forma original é difícil de ser reconstruída. Afirma Lind (1963, p. 60) que “foi a língua geral, derivada do tupi e do guarani que serviu de base principal para a nomenclatura nacional. Podemos dizer que foram os bandeirantes ou os missionários os primeiros a utilizá-los.” Na Estrada Real, encontramos: Itaipava, Piranga, Itatiaia, Itabira, Ipoema, Itambé, Itapanhoacanga, Caeté, Sabará, Aiuruoca, Baependi, Acuruí, Jeceaba, Itutinga, Ibirutuna, Ingaí, Itanhandu, Guaratinguetá, Paraty, etc.

No que concerne à memória de *toponímia africana*, verificamos que são poucos os topônimos que têm base em línguas africanas, em se tratando de nomes de municípios e distritos da Estrada Real. Citamos apenas dois: Monjolos e Caxambu.

Podemos perceber a influência norte-americana na memória toponímica da Estrada Real, ridicularizada por Matthew Arnold (p.87) como “horrorosamente inexpressiva” para o Brasil, quando se acrescentou o sufixo *polis* em alguns topônimos como: Petrópolis, Marmelópolis, Sabinópolis, Ritópolis, Alvinópolis...

É dentro deste percurso que situamos a nossa pesquisa de doutoramento sobre a *memória toponímica* deixada pelos Viajantes Naturalistas que passaram pelos caminhos da Estrada Real entre os séculos XVIII e XIX. Para demonstrar o trabalho que estamos efetuando, tomamos como exemplo três topônimos de cidades situadas dentro dos três *Caminhos da Estrada Real*, submetendo-os a um estudo toponímico conforme a metodologia sugerida por Dick (1990).

ANÁLISE TOPONÍMICA

Ficha 1

Topônimo: AIURUOCA/MG

Etimologia: Aglutinação das palavras tupis *Ajuru*-papagaio, e *oca*, casa, donde a tradução: casa de papagaio, ou papagaio criado na pedra, ou pedra do papagaio, ou ainda, *ayuru* (os papagaios) *oca* (maloca): a casa dos ajurus; a maloca ou covo dos papagaios; o refúgio das araras.

Classificação Taxeonomica: ECOTOPÔNIMO

Localização na Estrada Real: Caminho Velho

Historiografia: Foi João de Siqueira Afonso quem descobriu, em 1706, as minas de ouro de Aiuruoca. Foi atraído pelas culminâncias do Pico do Papagaio. O lugar tornou-se um centro de atividades dos mineradores e sertanistas. As terras passaram a ser exploradas desde então. Elevada à categoria de vila, pelo Regente Feijó em 14/08/183 e tornou-se município em 20/07/1868. Teve as seguintes denominações: Iuruoca, Jeruoca; Ieruoca; ioruoca; Ajuruoca.

Relatos dos Viajantes: *O rio Ayuruoca, que desce, disseram-me, do morro do Garrafão, corre rapidamente no fundo do vale, e é, à margem deste rio, entre montanhas e matas, que fica situada a cidade do mesmo nome. O resto do vale é cortado por pastagens e capões de mato, pinheiros majestosos, ora aconchegados uns aos outros, ora esparsos, distinguem-se pelas formas esquisitas, e cores escuras, entre os diversos vegetais que os rodeiam. Para acabar de embelezar a paisagem, despenha-se uma cascata, a meia encosta de uma das montanhas que cerca o vale, e espraia-se no meio da floresta sombria formando uma toalha prateada.* SAINT-HILAIRE. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais-1822.* (1974, p. 28).

Ficha 2

Topônimo: CATAS ALTAS/MG

Etimologia: A junção do substantivo plurais *catas* (procura) com o adjetivo *altas* (elevado) é resultado das profundas escavações em busca do ouro que se faziam no alto do morro.

Classificação Taxeonomica: SOCIOTOPÔNIMO

Localização na Estrada Real: Caminho dos Diamantes

Historiografia: O bandeirante Domingos Borges, em 1702, descobriu, na fralda sul da Serra do Caraça, ricas minas de ouro, denominadas posteriormente de Catas Altas. O lugar foi chamado de Catas Altas do Mato Dentro (para não ser confundido com Catas Altas da Noruega. O distrito foi criado em 1724 e tornou-se município em 1995. Hoje se denomina Catas Altas

Relatos dos Viajantes: *Ao dia seguinte fizemos jornada de cerca de duas léguas e a meia Barra passamos pelo arraial do Brumado, solitário em em grande decadência. Daqui partindo, continuamos na direção de leste até o sopé da serra do Caraça e contornando a sua*

base do lado nordeste, chegamos logo depois do meio-dia ao arraial de Catas Altas, que está situado no sopé da serra, na extremidade sudeste. Consiste principalmente em uma longa rua e, como Brumado, não está vivendo dias muito florescentes. As montanhas em torno da aldeia e entre esta e Brumado são cobertas de capim-gordura. A grande altura, na própria serra, há uma ermida chamada Nossa Senhora Mãe dos Homens. A edificação foi começada em 1771 por um português que ainda era vivo, mais do que centenário, quando foi visitado por Spix e Martius em 1818. Era agora, a ermida, um seminário teológico tendo, ao que dizem, muitos poucos alunos. Esta serra foi botanicamente explorada por Saint-Hilaire, bem como por Spix e Martius, que a acharam riquíssima em curiosos e raros produtos vegetais. Desejava eu, por minha vez, esperar um dia subi-la, mas o tempo não me ajudou, porque choveu copiosamente e as partes mais altas da montanha ficaram envoltas em nuvens.
GARDNER, G. *Viagens no Brasil-1840*. (1975, p. 56).

Ficha 3

Topônimo: OURO BRANCO/MG

Etimologia: O nome tem a sua origem em fins do século XVII, quando os bandeirantes chefiados por Borba Gato desbravavam esta região e encontraram ouro com coloração esbranquiçada.

Classificação Taxeonomica: CROMOTOPÔNIMO

Localização na Estrada Real: Caminho Novo

Historiografia: O povoado de Santo Antônio de Ouro Branco foi fundado em fins do século XVII, provavelmente no ano de 1664, como consequência do processo de ocupação iniciado com as primeiras bandeiras que, subindo o Rio das Velhas à procura de ouro, desbravaram a região, assentando-se ao pé da serra do Ouro Branco, também denominada, à época, serra do Deus te Livre. A adoção do nome oficial do município deu-se em 1724: Ouro Branco.

Relatos dos Viajantes: *A pequena vila de Redondo tem uma capela dedicada a N.S. da Ajuda, e melhor ainda, um encantador panorama. Além do primeiro plano de floresta e capim verde rompendo fortemente o chão vermelho de ocre, cor aqui chamada de sangue-de-boi, abre-se um vale de encosta e solo regulares, erguendo-se muito além até chegar a uma pedra rude que domina o ar. Esta serra, agora para nós ao oriente e norte, é chamada em alguns mapas serra de Deus te Livre – certamente pelos perigos de suas veredas. É mais conhecida como serra do Ouro Branco, de uma cidade no seu principal caminho. - vemos a sua linha branca em meio das encostas, entre Barbacena e Morro Velho. O monte principal fica por muito tempo à vista, mas uma curva do caminho nos ocultava este sítio.* BURTON, R. F. *Viagens aos Planaltos do Brasil- 1868*. (1941, p. 48).

5. Considerações finais

O interesse pelos caminhos que compõem a Estrada Real cresceu muito a partir do projeto turístico do governo mineiro nestas últimas décadas. Foram realizadas várias iniciativas de incentivos à economia e à política entre os estados e os municípios envolvidos. A Lei de nº 13.173/9, de 20/01/1999 do Governo do Estado de MG apresentou o “Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real”. Muitas pesquisas geohistoriográficas têm sido realizadas, juntamente com estudos realizados pelos turismólogos. Acreditamos que muito podemos contribuir com a pesquisa toponímica. O resgate da *Memória Toponímica* é essencial para a caracterização do espaço geográfico e histórico das regiões que compõem a Estrada Real. Certamente que a Toponímia é testemunha da paisagem secular que se desenha ao longo destes caminhos, feitos de pedras, rios, montanhas, vales e aglomerações humanas das cidades, vilas e campos.

ABSTRACT: Because he occupies a certain physical space and needs to settle himself geographically in his environment, the human being has the need to name the physical-social environment around him, this being a condition *sine qua non* for securing his own survival. By using Toponymy, a branch of Onomastics which deals with the origins and meanings of place names, it is possible to analyze the close relationship between man and the topos that defines the space that surrounds him. The toponimic studies are of great relevance to the sociohistorical and cultural aspects of a community since they enable the identification of various linguistic facts, ideologies and beliefs which are present in the naming act and later in their maintenance (or not) within a community. This work is centered on the study of the toponyms of the Royal Road (Estrada Real), based on the accounts of the ‘Naturalist Travellers’ of the Eighteenth and Nineteenth Centuries who travelled through these roads.

KEYWORDS: Name. Memory Toponymic. Royal Road. Naturalist Travellers.

Referências bibliográficas

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

BURTON, F. Richard. *Viagens aos Planaltos do Brasil*. Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941.

CASAL, Aires. *Corografia Brasileira*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1976.

COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

DAUZAT, Albert. *La toponymie française*. Paris: Payot, 1971.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

Revista Literatura em Debate, v. 4, n. 5, p. 31-46, jul.-dez., 2009. Recebido em 25 out.; aceito em 09 nov. 2009.

_____. *Acta Semiotica Et Lingvistica*. Sociedade Brasileira dos Professores de Linguística. São Paulo: Universidade de Braz Cubas, 1995, v. 8. p. 97-122.

_____. Memória paulistana: os antropónimos quinhentistas na vila de São Paulo do Campo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 33, p. 112-127, 1992.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

HOUAIS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Circulo dos Leitores, 2003, v. 6. p. 3541.

LIND, Ivan. *De Portugal ao Brasil, um pequeno estudo de Toponímia Brasileira*. Lisboa: Casa Portuguesa, 1963.

MOREU-REY, Enric. *Tipologia Toponímica*. In ROSSELÓ, V. M.; CASANOVA, E., *Materials de Toponímia – I València: Generalitat Valenciana – Universitat de València*, 1995. p. 45 - 52 .

_____. *Els nostres noms de lloc*. Palma de Mallorca: Moll, 1982.

MENÉNDEZ PIDAL, R. *Toponímia Prerrománica Hispánica*. Madrid: Gredos, 1952.

NOGUEIRA, Marilene Marinho. Os Caminhos do Ouro e o registro da vegetação segundo Naturalistas do Século XIX. In: COSTA, A. G.. (Org.). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005. p.152 -191.

POIRIER, Jean. *Toponymie. Méthode d'enquête*. Quebec: Les Presses de L'Université Laval, 1965.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo – 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

TORT, Joan. *Alguns aspectos compartius de la toponímia del Baix Camp*. Universitat de Barcelona. Societat d'Onomàstica. Butlletí Interiior, 2001, n. 84, p. 8-16.